

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DURANTE AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Estudante: Diany Gonçalves Pereira Brito¹

Orientador/a: Thiago Lemes de Oliveira²

RESUMO: A inclusão do aluno com deficiência no ensino regular, por si, é um desafio. Quando se trata da Educação Física, por se tratar de uma disciplina que envolve diretamente atividades corpóreas, esse desafio é ainda maior, sobretudo considerando-se uma difundida falta de preparo dos professores. O presente estudo objetivou identificar como se dá o processo inclusivo de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas públicas regulares brasileiras, e focou em responder sobre como se sentem os professores de educação física quanto ao seu preparo para receber alunos com deficiência, e o que uma escola precisa para ser considerada inclusiva. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica cronológica, a fim de se discutir quanto à realidade da inclusão e as dificuldades em se incluir alunos com deficiência em aulas de educação física. Ficou perceptível insuficiência na formação docente para aptidão frente à Educação Física Inclusiva, e que, embora exista uma evolução em produções acadêmicas e no volume de abordagens do assunto, os professores ainda se sentem despreparados para esse exercício. A experiência docente se mostrou importante, assim como o papel da gestão e as limitadas e pontuais iniciativas que podem ser exemplos de metodologia e estratégias. Foram apresentados exemplos bem-sucedidos envolvendo a comunicação, o uso de materiais alternativos, jogos, a adoção da informação como ferramenta de mobilização familiar e social no sentido de obter recursos, e dinâmicas elaboradas para proporcionar ambientes atrativos ao aluno com deficiência.

Palavras-chave: Educação Física Inclusiva, Educação Regular, Experiência Docente.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão é um tema, à percepção da pesquisadora, pouco visto, porém de grande relevância e importância para a sociedade. O interesse pela pesquisa se deu quando se iniciou o estágio não obrigatório, em 2018, em uma instituição filantrópica de Bambuí-MG. A instituição já foi um abrigo e, atualmente, recebe crianças de 0 a 5 anos em tempo integral e alunos maiores de 6 anos em seu contraturno. Nas férias, a instituição fica disponível para crianças de até 14 anos em tempo integral.

Acontecia, na ocasião, o acompanhamento de uma cadeirante, com a observação constante na tentativa de entender o motivo de a professora não inseri-la em suas aulas de Educação Física, de não tentar aulas que pudessem inclui-la. Ela sempre ficava separada dos demais alunos. A professora tinha todo o conhecimento sobre a situação da aluna, assim como os demais funcionários da instituição, pois, na secretaria, constava seu laudo. Foi, então, ficando perceptível a necessidade de aprofundamento no tema inclusão. Presenciar aquela

¹Graduanda/o do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: dianybrit@yahoo.com.br

² Doutorando em Estudos linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Lavras – UFLA. Contato: thilemesoli@gmail.com

aluna sozinha desperta empatia, o que levou à pesquisa sobre o assunto em artigos, a familiarização, a percepção de que todos os alunos, com deficiência ou não, precisam aprender, têm direito ao conhecimento e à cultura.

A própria mudança pessoal da pesquisadora se tornou visível com essa nova busca de conhecimento. Foi possível perceber que a empatia parte também desse conhecimento, de entender a circunstância da exclusão, as dificuldades e possibilidades. Mas, estar ao lado de uma pessoa que representa esse grupo de alunos torna a situação sobremaneira real, e faz-se possível entender como uma pessoa excluída se sente.

A inclusão é um processo complexo que configura diferentes dimensões: ideológica, sociocultural, política e econômica. Todos os alunos com necessidades educacionais especiais ou não, precisam aprender, ter acesso ao conhecimento e à cultura, como um todo.

Inclusão escolar implica, entre outras particularidades, que a escola abra as portas para o profissional, trabalhe as diferenças, e faça um trabalho adequado diante das deficiências promovendo o trabalho educacional especializado. Ter um relatório documentado dos alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou deficiência e adotar uma metodologia que o aluno entenda podem ser ações que facilitam o processo para que o professor avalie este aluno de forma individual e específica enquanto acompanha essas dificuldades (FIORINI e MANZINI, 2016).

O professor de Educação Física está em posição diferenciada dos demais professores diante dos alunos com deficiência, visto que sua disciplina trabalha justamente com atividades corpóreas. Por isso, a Educação Física, no espaço escolar, pode contribuir significativamente para a educação inclusiva, pois, utilizando-se de atividades físicas criativas, é possível trabalhar competências como a cooperação e a solidariedade. Lehnhard, Palma e Antunes (2011), em pesquisa acerca da inclusão de um aluno com deficiência física em aulas de educação física, verificaram que o processo de inclusão está ocorrendo, todavia ainda se necessita de mais interações entre os alunos no sentido de efetivar a educação inclusiva.

Sendo um ambiente de acolhimento, a escola, enquanto espaço de socialização humana, pode ser um ambiente motivador de afetividade, aprendizado e diálogo, ao passo que reconhece e valoriza todos os indivíduos ali presentes. Para que todos os alunos sejam incluídos, é preciso pensar em formas diferentes de ensinar, um currículo diferente. É preciso uma organização para atender a todas as necessidades.

A inclusão de pessoas com deficiência no âmbito educacional surge legalmente no Brasil em 1996, por meio de Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN) 9394/96, mas foi por meio do Movimento Educação para Todos que este movimento teve início em 1945, quando os

países que fundaram a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) afirmaram a necessidade do acesso pleno à educação ser assegurado enquanto um direito humano, previsto no artigo 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos (UNESCO, 2010a).

É sabido que incluir, na Educação, envolve a oferta de oportunidades equitativas de acesso ao ensino, espaço e todos os serviços ofertados pela escola (BRASIL, 2015). Diante das possíveis dificuldades encontradas, tais como falta de acessibilidades e inadequação metodológica, em relação à implementação do processo inclusivo, além do aumento anual do número de matrículas e escolas inclusivas (FIORINI e MANZINI, 2016), e devido à necessidade de analisar como o processo continua sendo executado, já que está em desenvolvimento, o presente estudo buscou identificar como se dá o processo inclusivo de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas públicas regulares brasileiras. Consiste numa revisão bibliográfica de pesquisas publicadas no período de 2011 a 2020 com a finalidade, além de atender a esse objetivo, de responder sobre como se sentem os professores de educação física quanto ao seu preparo para receber alunos com deficiência, e o que uma escola precisa para ser considerada inclusiva.

Pesquisas recentes apontam as contribuições e preocupações da educação física escolar para a inclusão de alunos com deficiência. Foram incluídos todos os estudos que atendessem aos seguintes critérios: 1) abordar o processo de inclusão de alunos com deficiência durante as aulas de educação física escolar em escolas públicas regulares brasileiras, visto que o município é responsável por 2/3 das escolas públicas brasileiras, justificando a importância em estudar este tipo de escola (BRASIL, 2016); 2) abordar o professor de educação física enquanto membro atuante na escola e um dos importantes instrumentos no processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas regulares brasileiras. Logo, existe a necessidade de uma formação docente adequada para uma atuação eficiente com este público. Rodrigues e Rodrigues (2017) destacam tal importância quando afirmam que os professores devem ser os reformadores ou inovadores da escola em que atuam, incentivando o movimento de inclusão através de práticas e valores mais inclusivos.

Diante de tais particularidades, essa pesquisa buscou responder às seguintes questões: 1) Como se sentem os professores de educação física quanto ao seu preparo para receber alunos com deficiência? 2) O que uma escola precisa para ser considerada inclusiva? 3) Quais são as estratégias e contribuições da educação física para a melhoria da qualidade de vida de crianças com deficiência e dissolução das barreiras sociais?

Para responder tais questões, o trabalho foi organizado da seguinte forma: em “Fundamentação teórica” são contrastadas as discussões de autores quanto às suas dificuldades ao incluir alunos com deficiência durante suas aulas. Em “Metodologia”, foi apontada a abordagem dessa pesquisa e a composição do seu *corpus* diante da busca de estudos e informações disponíveis em revistas, sites da web, Google Acadêmico, Sciello e livros que reúnem pesquisas sobre essa temática. Em “Desenvolvimento”, foram interpretados os dados coletados à luz da teoria, assim como respondidas as perguntas de pesquisa com base no que os dados da pesquisa mostraram. Por fim, em “Considerações finais”, são compartilhadas as reflexões dos autores, bem como a contribuição dessa pesquisa para a sua formação e para a comunidade acadêmica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Alunos com deficiência já eram reconhecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96. Reunindo as conceituações presentes na lei, são educandos que apresentam:

[...] dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares vinculadas a uma causa orgânica específicas ou relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; ou, dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; ou, altas habilidades / superdotação, grande facilidade de aprendizagem que o leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (TELES; RESEGUE; PUCCINI, 2013, p. 3024).

Também a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 2015, em seu Art. 2º, apresenta sua conceituação:

Art 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

O aluno com deficiência pode e deve usufruir dos direitos necessários para participar socialmente na construção da sociedade democrática. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 para a educação especial na educação básica estabelece, em seu

Art. 58, que entende-se por educação especial “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996).

Em consonância, Teles, Resegue e Puccini defendem que:

A escola, além do seu objetivo tradicional de promover a educação e a integração social, cumpre, assim, um papel fundamental para reverter situações de exclusão ao promover ações de conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência. A educação inclusiva é definida como o conjunto de processos educacionais integrantes de políticas articuladas impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento. Essas políticas buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência dos alunos, independentemente de suas particularidades. Sob o ponto de vista prático, a educação inclusiva garante a toda criança o acesso ao ensino fundamental (TELES; RESEGUE; PUCCINI, 2016, p. 02).

Assim, a escola tem como objetivo promover a educação dessas crianças concomitantemente à integração social, como um processo de resgate às perdas sofridas por essas pessoas ao longo de um passado exclusivo, cumprindo um papel primordial na vida desses indivíduos, de conferir educação e oportunidades de equiparação social. O termo inclusão na escola está coligado ao atendimento educacional especializado, para que todos os alunos com deficiência alcancem seus potenciais dentro de um âmbito escolar apropriado.

O direito ao trabalho e à educação das pessoas com deficiência é garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2001). Para conferir cumprimento às disposições constitucionais referentes à integração da pessoa com deficiência, vigora, desde 1989, a Lei nº 7.853, dispondo sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência¹ e sua integração social, em que é versado que toda pessoa tem o direito de acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas originalidades e singularidades, e que a educação inclusiva é papel de todos (BRASIL, 1989).

Assim, a inclusão é um direito garantido pela legislação educacional vigente. É premente reconhecer as diferenças, as especificidades, acolhendo e oferecendo oportunidades de desenvolvimento de aprendizagem para todas os alunos com deficiência. Ao fazê-lo, contribui-se para que esse direito seja exercido. Não se faz necessário criar ambientes segregados e apartados para essas crianças, pois elas vão se sentir excluídas, separadas umas

¹ A nomenclatura mencionada, “portador de deficiência”, embora utilizada no enunciado da Lei, caiu em desuso e, quando não constante em uma citação, será utilizada, no presente estudo, a nomenclatura adotada atualmente, de “pessoa com deficiência”, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015).

das outras. Vislumbra-se que o atendimento seja feito em escola comum, criando redes de apoio. A escola comum é um direito de todos. (CIRÍACO, 2020)

Para incluir esses alunos, faz-se necessário criar mecanismos que permitam que os membros integrem social e emocionalmente com colegas professores e demais membros. Trata-se de um processo que envolve a qualificação de escola, com projetos de acessibilidade tecnologias e formação de professores. O número de alunos com deficiência matriculadas no ensino regular vem aumentando a cada ano, conforme constatado no Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020), e nem todos os professores têm especialização para acompanhar esses alunos.

A educação física, trabalhada de uma forma inclusiva, pode mudar a vida da escola, dos professores e dos estudantes, ampliando suas perspectivas de futuro, sendo, neste cenário, papel do professor a promoção de valores como autoestima, solidariedade, respeito ao próximo, cooperação e ética cooperativa (VIEIRA, 2013).

A educação física vem melhorando a qualidade de vida dos alunos, integrando corpo e mente, apresentando pontos positivos no desenvolvimento psicomotor. Contribui para o desenvolvimento psicossocial, motor, cognitivo e afetivo. O aluno pode, por meio dela, explorar todas as funções, as atividades motoras envolvendo todo o corpo, criando um vínculo cognitivo, afetivo, emocional e motor no processo de aprendizagem (CARRASCO et al., 2013).

Os jogos, propostos durante as aulas de educação física, são significativos na vida escolar desses alunos, pois possibilitam: (a) uma inclusão em jogos cooperativos contrariando os jogos competitivos que apresentam um caráter de “exclusão”, visto que esses jogos cooperativos priorizam os conceitos das capacidades e habilidades motoras, tais como agilidade, destreza, força, eficiência, velocidade, e equilíbrio; (b) um resgate à autovalorização da pessoa com deficiência que, muitas vezes, se sente incapaz, focando em sua limitação e desenvolvendo crenças de que seu talento é inexistente (VIEIRA, 2013).

Trata-se de uma disciplina ativa que contribui para o desenvolvimento integral da criança, que participa de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros alunos, reconhecendo e respeitando suas características físicas e o desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar suas particularidades físicas, sexuais ou sociais. Para alcançar tal objetivo, as aulas de educação física, devem propiciar aos alunos, através de atividades corporais, uma atitude construtiva para com os alunos com deficiência ou com necessidades educativas especiais, possibilitando uma relação de respeito, aceitação e solidariedade.

Segundo Moreira et al. (2017), cabe ao professor analisar e decidir sobre os procedimentos de ensino a serem adotados com cada aluno. Esses procedimentos educacionais devem ser flexíveis, adequados às habilidades individuais dos alunos. Os mesmos deverão trabalhar conteúdos que permitam a todos os alunos interagirem de forma igual, independentemente de suas limitações, dando oportunidades de aprendizagens a todos, sem exclusão.

Além disso, a opinião dos familiares também pode retratar as expectativas quanto à participação de seus filhos nas aulas de educação física ou mesmo na rotina escolar. A dispensa das aulas de educação física ocorre por diferentes fatores, inclusive por orientação médica. Em estudo realizado por Melo, Martinez e Lunardi (2013), com participação de 130 familiares de alunos com deficiência, a maioria (90,9%) se mostrou favorável à participação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física, inclusive concordando que essa participação favorece a inclusão escolar, apesar de 40% dos familiares desconhecerem as atividades realizadas.

Ainda no estudo de Melo, Martinez e Lunardi (2013), a opinião dos familiares quanto à participação da escola no processo de inclusão do aluno com necessidades especiais nas aulas de educação física reflete caráter de ausência por 76,5% dos familiares, e 94,1% apontam a necessidade de aperfeiçoamento para atendimento adequado. Os familiares apontaram como benefícios da inclusão nas aulas de educação física aspectos físicos, psicológicos e sociais e, como aspectos negativos, apontaram a inadequação e dificuldade de participação nas atividades propostas pelos professores, bem como o despreparo do professor, além do preconceito. É importante ter-se em mente que o profissional, principalmente na educação física escolar, deve estar atento, reconhecendo as partes do processo de ensino-aprendizagem para que as atividades estejam aptas à participação de todos os alunos.

Tendo abordado bibliograficamente os conceitos necessários ao entendimento do tema, a seção seguinte trata da metodologia do estudo, sua abordagem, classificação e o método utilizado para a pesquisa.

3 METODOLOGIA

A abordagem utilizada para o presente estudo foi a qualitativa, que, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”, enfim, do objeto da pesquisa.

A metodologia adotada foi apoiada no método exploratório, que “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35). As investigações classificadas como exploratórias utilizam técnicas como entrevistas realizadas com pessoas que estejam o par do assunto, levantamento bibliográfico e pesquisas de campo.

Como instrumento de análise e coleta de dados foi utilizada a revisão bibliográfica, método científico usado no intuito de analisar materiais que abordem o assunto em questão, a fim de expor as principais ideias já discutidas por outros autores que já discutiram o problema (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). A revisão bibliográfica é fortemente utilizada em pesquisas de diversas áreas, nas quais as fontes de informações são amplas e necessitam de um procedimento voltado especificamente ao seu âmbito.

A fim de situar o leitor, cabe esclarecer que foram pesquisados materiais constantes em bancos de pesquisas científicas online, como o Scielo e o Google Acadêmico, com filtro baseado em datas, de forma a se selecionar materiais de 2010 a 2020. Também foram consideradas legislações vigentes que dão providências para a educação inclusiva e especial no território brasileiro. Os materiais pesquisados foram organizados e apresentados cronologicamente, priorizando os termos de busca “inclusão”, “deficiência” e “educação física”, utilizando o elemento concatenador AND.

Foi realizada a leitura dos títulos das obras encontradas para uma primeira etapa de seleção de conteúdos. Em uma segunda etapa de seleção, foram lidos os resumos, a fim de se identificarem os materiais que se relacionam com o tema pesquisado e que poderiam ser utilizados no desenvolvimento estudo. Ao final, as pesquisas foram reduzidas a 18 obras, todas utilizadas na presente pesquisa e relacionadas cronologicamente no Quadro 1:

Quadro 1 – Relação de obras selecionadas para a pesquisa em ordem cronológica

Autor(es)	Palavras-chave	Ano de publicação	Periódico ou Instituição
GUTIERRES FILHO, Paulo José Barbosa et al.	Alunos com Deficiência, Atitudes, Inclusão Educacional, Professores de Educação Física	2011	Liberabit
CARRASCO, Daniel Alexandre et al.	Educação Infantil, Afetividade, Educação Física	2013	Revista Digital EFDeportes.com
FIORINI, Maria Luiza Salzani; DELIBERATO, Débora; MANZINI, Eduardo José	Técnicas de planejamento, Materiais, Currículo, Deficientes Visuais	2013	Motriz: Revista de Educação Física

Autor(es)	Palavras-chave	Ano de publicação	Periódico ou Instituição
MELO, Ana; MARTINEZ, Abertina Mitjans; LUNARDI, Cláudia Cruz	Educação Física, Inclusão, Opinião, Família	2013	Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP
TELES, Fernanda Moreira; RESEGUE, Rosa; PUCCINI, Rosana Fiorini	Saúde da Pessoa com Deficiência ou Incapacidade, Crianças com Deficiência, Reabilitação, Atividades Cotidianas	2013	Ciência & Saúde Coletiva
VIEIRA, Martha Bezerra	Cooperação, Jogos Cooperativos, Educação Física Escolar	2013	EFDeportes
CAVALCANTI, Ademilson Vedovato	Gestor, Inclusão Escolar, Gestão	2014	Colloquium Humanarum
CABRAL, José Francisco Ribeiro et al.	Formação Inicial, Professores, Educação Física.	2016	Revista Científica Facog Multidisciplinar
DAMAZIO, Marcia da Silva; BRUZI, Alessandro Teodoro	Educação física, Educação, Educação Inclusiva	2016	UFA
NACIF, Marcella Fernandes Paticcí et al.	Educação Especial, Educação Física, Pessoas com Deficiência, Qualidade de Vida	2016	Revista Brasileira de Educação Especial
TELES, Fernanda Moreira; RESEGUE, Rosa; PUCCINI, Rosana Fiorini	Saúde da Pessoa com Deficiência, Crianças com Deficiência, Reabilitação, Atividades Cotidianas	2016	Revista Paulista de Pediatría
MOREIRA, Ana Caroline Araújo et al.	Lúdico, Alunos, Educação Física	2017	Revista Gestão Universitária
PADILHA, Luana de Oliveira	Inclusão Escolar, Educação Física, Estudantes com Deficiência, Ensino Regular	2017	UFSC
CARVALHO, Camila Lopes de; ARAUJO, Paulo Ferreira de	Educação Especial, Educação Inclusiva, Educação Física Escolar	2018	Educ. fís. cienc.
FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José	Educação Especial, Deficiência Auditiva, Inclusão Escolar, Educação Física; Estratégias	2018	Revista Brasileira de Educação Especial
REGUOL, Marcia; MALAGODI, Bruno Marson; CARRARO, Attilio	Educação Física, Educação Inclusiva, Atitude do Professor	2018	Revista Brasileira de Educação Especial

Autor(es)	Palavras-chave	Ano de publicação	Periódico ou Instituição
FERNANDES, Mayra Matias; COSTA FILHO, Roraima Alves da; IAOCHITE, Roberto Tadeu	Educação Especial, Crenças, Inclusão Escolar, Ensino, Formação Profissional	2019	Revista Brasileira de Educação Especial
CIRÍACO, Flávia Lima	Inclusão, Educação Inclusiva, Direito	2020	Revista Educação Pública

Fonte: a autora, 2021

O *corpus* de revisão bibliográfica contou, ainda, com Leis e Resoluções acerca da Educação Inclusiva no Brasil, entre elas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Educação Física, assim como de artigos constantes no Portal da Base Nacional Comum Curricular¹ e livros especializados (CHICON; RODRIGUES, 2013 e BEDAQUE, 2014).

Por fim, pretendeu-se construir uma abordagem eficiente para a coleta de dados e que reconheça indicativos dos caminhos percorridos pela educação para atender da melhor forma as necessidades de todos os alunos, sem exclusão. Com a metodologia utilizada, busca-se representar os diferentes e muitas vezes conflitantes pontos de vista presentes na situação em questão, já que cada caso é tratado como singular e único, sendo ainda um método mais acessível que outros relatórios de pesquisa.

4 DESENVOLVIMENTO

Conforme anteriormente pontuado, o presente estudo objetivou identificar, por meio de uma revisão bibliográfica cronológica, como se dá o processo inclusivo de alunos com deficiência nas aulas de educação física, em escolas públicas regulares brasileiras nos últimos dez anos. Realizou-se a pesquisa a fim de se responder a três perguntas basilares, sendo: 1) Como se sentem os professores de educação física quanto ao preparo para receber alunos com deficiência? 2) O que uma escola precisa para ser inclusiva? e 3) Quais são as estratégias e contribuições da educação física para a melhoria da qualidade de vida de crianças com deficiência e dissolução das barreiras sociais?

Num primeiro momento, retoma-se uma investigação sistemática realizada por Gutierrez Filho et al. (2011) que retrata a realidade então percebida a respeito da inclusão das

¹ Portal da Base Nacional Comum Curricular: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>

pessoas com deficiência nas aulas de educação física. Por meio da análise interpretativista realizada pelos autores, destacam-se 13 artigos selecionados em seu procedimento metodológico, a partir de três vertentes, conforme será justificado a seguir.

Na primeira vertente, considerou-se a formação acadêmica. Embora exista prerrogativas legais e documentais sobre o assunto, fica perceptível uma deficiência em termos de condições pedagógicas, didáticas e humanas por parte dos professores. Na segunda vertente, o tempo de experiência e o envolvimento em situações prévias, ressaltaram as contribuições experienciais para a postura e didática do professor e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida dos alunos com deficiência atendidos. Por fim, numa terceira vertente, discutiu-se a ineficiência administrativa e estrutural da instituição escola, assim como na relação entre a escola, família e sociedade em prol da inclusão de crianças com deficiência nas atividades físicas curriculares de escolas regulares. Nessa direção, é apresentada uma discussão reflexiva sobre cada uma dessas vertentes, a partir das teorias pesquisadas.

4.1 Da formação acadêmica dos professores de educação física para a promoção da inclusão de alunos com deficiência

Em 18 de dezembro de 2018, o Ministério da Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física, por meio de sua Resolução nº 6, em seu capítulo III, o documento trata da formação específica em licenciatura em educação inclusiva. A única menção à educação especial ou inclusiva se dá no Art. 15, no qual é dito que os cursos de licenciatura em educação física, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, devem garantir uma formação profissional adequada a uma série de conteúdos programáticos, sendo um deles a Educação física escolar especial / inclusiva (BRASIL, 2018).

Diante da forma generalizada como o assunto é tratado, os autores selecionados para balizar essa pesquisa, relatam a insuficiência da formação docente para a aptidão frente à Educação Física Inclusiva. Exemplos são apresentados por Damazio e Bruzi (2016), que elencam posicionamentos defendendo a necessidade de reformulação ou adaptação curricular para uma melhor formação, a necessidade de preparar professores para atuarem em contextos dinâmicos, complexos e aplicados, para além da teoria.

Padilha (2017) destaca, também, a insuficiência na formação acadêmica para a construção de novas práticas na Educação Física Inclusiva, tanto na formação regular como

na formação continuada, que enxerga como sendo, muitas vezes, ausente, e acrescenta que a questão é alimentada, ainda, pela pouca experiência dos professores com indivíduos com deficiência em seu cotidiano.

Cabral *et al.* (2016), em revisão sistemática, concluiu que, embora exista um aumento nas produções acadêmicas com foco na formação dos professores de Educação Física Inclusiva, a maioria dos professores se sentem despreparados para atuar nesse contexto.

Mesmo os profissionais que mencionaram ter obtido algum conhecimento sobre a educação física adaptada na graduação admitiram sentir-se despreparados para atuar no contexto educacional inclusivo. Os professores de maneira geral relataram que, embora tenham cursado uma disciplina voltada para o ensino da Educação Física Inclusiva, esta não foi suficiente para a sua prática docente (CABRAL *et al.*, 2016, p. 14).

O preparo e a capacitação do professor que vai atuar nessa realidade são específicos, visto que tendem a ser desafiados por situações que não são necessariamente lineares. Mesmo em circunstâncias convencionais, cada aluno possui suas particularidades. Quando focados os alunos com necessidades e atendimento especial, além das mesmas características únicas inerentes ao ser humano que é, são somadas as características oriundas de sua situação diferenciada (BEDAQUE, 2014).

Percebe-se, portanto, escassez nas iniciativas com potencial de tornarem prática a intenção de promover uma inclusão adequada no meio da educação física. Ao passo que a formação se mostra insuficiente, os professores são exigidos a atuarem em aspectos além daqueles para os quais se consideram preparados.

4.2 Da experiência dos professores de educação física para a promoção da inclusão de alunos com deficiência e melhoria de sua qualidade de vida

Nesta seção, é abordada a experiência dos professores de educação física, para além de parâmetros e diretrizes, como ferramenta de formação, aprendizado e potencialização da inclusão. Trata-se de iniciativas localizadas no sentido de prover bases para a inclusão, a exemplo, é apresentada a Proposta Curricular do Estado de São Paulo¹, utilizada por Fiorioni, Deliberato e Manzini (2013) em um experimento envolvendo alunos com deficiência visual

¹ Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Educação Física. São Paulo: SEE, 2008. Disponível em: http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/portals/18/arquivos/prop_edf_comp_red_md_20_03.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

em aulas de educação física. Foram desenvolvidas, com base no documento, 10 estratégias utilizadas conjuntamente, sendo:

Tais estratégias dizem respeito: 1) à comunicação: usar a dica verbal para explicações e verificar a linguagem utilizada, sendo claro e objetivo, evitando uso de coordenadas espaço-temporais; 2) ao uso de material em Braille; 3) ao auxílio e técnicas de treinamento do colega tutor; 4) ao uso de objetos reais para explicar a atividade; 5) à descrição de figuras; 6) ao método de ensino todo-parte-todo; 7) à modificação das regras do jogo; 8) à orientação do trajeto a ser percorrido pelo aluno: auditivamente, por exemplo, bater palmas ou usar chocalhos, ou então, com colchonetes; 9) à exploração do ambiente de aula e, 10) ao uso da corda-guia para atividades de corrida (FIORINI.; DELIBERATO; MANZINI, 2013, p. 71).

A abordagem dos autores implica na possibilidade de desenvolvimento de metodologias eficientes com base em pressupostos existentes, no caso a Proposta Curricular, independentemente de normas e diretrizes, o que enfatiza o potencial de se adotar a própria experiência docente como ferramenta de inclusão. Cada intervenção positiva, a exemplo da ação retratada no estudo, tem potencial de replicação e adaptação, visto que, na escassez de direcionamento oficial, exemplos podem ser um importante motivador e direcionador de iniciativas eficientes.

No Portal da Base Nacional Comum Curricular, também são apresentadas experiências bem-sucedidas para a educação física inclusiva. Pontes (2018) relata sua prática abordando a informação como chave para a inclusão, ocorrida na Escola Municipal Antônio José de Lima, em Morro do Chapéu (PI). O autor relata nesse estudo de caso que foi organizada uma paraolimpíada local, e o fomento à comunidade local e ao próprio corpo docente por meio de divulgação e informação permitiu que se obtivessem todos os recursos necessários para o sucesso da ação.

Castro (2018) desenvolveu uma ação visando à obtenção de benefícios concretos ao desenvolvimento motor, cognitivo e socioafetivo dos alunos com deficiência, na Escola Municipal Maria Rufina de Almeida, Manaus (AM). Foram executadas aulas à parte com os alunos em questão, observadas suas características, e intercalados momentos lúdicos quando se percebia desvios consideráveis de atenção. Propiciou-se, aos alunos, o entendimento de que eram capazes, o que corroborou para que se posicionassem mais ativamente nas aulas regulares de educação física.

No campo das contribuições da educação física para a melhoria da qualidade de vida de crianças com deficiência, Nacif et al. (2016) abordaram as percepções sobre a inclusão do ponto de vista do aluno com deficiência. Constataram, em seu estudo, que as relações entre

professores e alunos com deficiência, assim como entre estes e os demais alunos, influenciam diretamente sobre a percepção do aluno com deficiência sobre as aulas de educação física, corroborando para com a convicção de que esses alunos não são inertes, e percebem ativamente o que acontece ao seu redor. Dos próprios resultados do autor:

No que tange as respostas positivas, todos os outros alunos relataram gostar das aulas de educação física porque podem fazer alguma atividade física. Isso é demonstrado nas falas a seguir: "Gosto, porque aqui eu posso jogar vôlei" (E6); "Sim. Porque eu gosto de jogar bola, futsal, futebol, jiu-jitsu e vôlei, né?!" (E14); "Gosto! Porque tem várias coisas. Tem exercício físico, é muito bom." (E18); "Gosto. A gente faz atividades legais, né?!" (E19) (NACIF et al., 2016, p. 115).

Também no caminho das ações dentro da escola, Fiorini e Manzini (2018) analisaram estratégias de sucesso utilizadas por professores de educação física para promoção da participação de alunos com deficiência auditiva juntamente com os outros alunos. Foram documentados cinco tipos de estratégias utilizadas simultaneamente, sendo: estratégias prévias, estratégias de auxílio por meio de colega tutor, estratégias para o ensino da atividade, estratégias que decorrem da resposta ou da ação do aluno, e estratégias para a comunicação em todo o tempo. Foram, portanto, adotadas diversas iniciativas concomitantes em uma mesma aula, respeitando as características, as necessidades e as potencialidades do aluno com deficiência, e carregando o potencial de contribuir para com sua autoestima, melhoria da qualidade de vida, e a possibilidade de dissolução de barreiras sociais pela percepção de igualdade e pertencimento por parte do aluno, aspecto mencionado em uma das perguntas a que se pretende responder com a presente pesquisa.

Carvalho e Araújo (2018) também partiram de uma pesquisa observacional, acompanhando aulas de educação física de uma turma do 2º ano do ensino fundamental com participação de alunos com deficiência, com intuito de identificar estratégias práticas adotadas, constatando-se por um misto entre percepções positivas, sobretudo nas intenções, e negativas, sobretudo na parte técnica, concluindo-se pela necessidade de uma melhor capacitação do docente quanto às possibilidades de explorar formas de ensino, prática e abordagem no momento da aula.

Expandindo a abordagem das estratégias para a autoimagem do professor de educação física com relação ao tema em estudo, e também a fim de responder à pergunta sobre como se sentem os professores de educação física quanto ao preparo para receber alunos com deficiência, Greguol, Malagodi e Carraro (2018) submeteram 35 professores de educação física de 15 escolas públicas distintas de Londrina-PR ao "Questionário de Atitudes dos

Professores com relação à Inclusão”, e constataram o otimismo dos professores em relação à inclusão, no entanto, também uma manifestação sobre a falta de apoio recebido pela escola. Perceberam, ainda, que professores com menos tempo de experiência apresentaram atitudes mais negativas, implicando que o nível de segurança acompanha o tempo de atividade, e que o professor recém-formado não carrega bagagem tão significativa nesse sentido.

Fernandes, Costa Filho e Iaochite (2019) realizaram uma pesquisa sobre a autoeficácia docente de futuros professores de educação física em contextos de inclusão no Ensino Básico. O estudo diz respeito a uma qualificação prévia, por parte dos professores, em aplicar métodos eficazes de abordagem junto a alunos com deficiência, mesmo não possuindo uma formação prévia para tal. Perceberam, entre os docentes pesquisados, autoeficácia moderada, com posicionamento, por parte deles, favorável à inserção de oportunidades de aquisição de experiências e conhecimentos que lhes sejam importantes no fortalecimento da própria confiança para promover a inclusão. Percebe-se, por meio desse estudo, uma preocupação, por parte dos professores, a respeito da sua própria preparação.

Ainda que não exista uma abordagem específica em documentos oficiais do Governo para amparar professores e suas práticas na educação física inclusiva, a experiência docente e a partilha de casos de sucesso, como os resenhados nesta seção, constituem-se ferramentas potencializadoras da inclusão, visto que o exemplo é inspirador, e o sucesso de um professor pode contribuir para ~~em~~ a iniciativa e prática de outros.

4.3 Da administração e estrutura escolar para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência durante as aulas de educação física

No Programa de Educação Inclusiva do Ministério da Educação¹ (BRASIL, 2004), é dito que:

Uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados (BRASIL, 2004, p. 7).

É evidenciado que o aluno seja foco central da ação educacional, assim como que a escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeitando suas potencialidades e necessidades.

¹ Programa de Educação Inclusiva do Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>

Vislumbrando um caminho contrário, Chicon e Rodrigues (2013) manifestam percepção de que alunos com deficiência são vistos e tratados, ainda, como menos capazes de aprender e assimilar, e que, frente a essa percepção, não é incomum que professores acabem dedicando menor atenção a eles, no lugar de tentar se aproximar de uma igualdade de possibilidades.

Mazini Filho et al. (2009) apontam que a escola inclusiva precisa estabelecer uma infraestrutura de serviços adequada, por meio da qual se crie, gradativamente, uma rede de suporte para a superação das dificuldades dos alunos com deficiência. Ressaltam, ainda, a importância de se tomar os pais como parceiros no processo, conhecedores das peculiaridades de seus filhos que são. Também o acesso físico e a forma das avaliações precisam ser adequadas à realidade desses alunos. Por fim, apontam evidente abandono do foco em formação docente em detrimento de indicações técnicas disciplinares, o que, no caso da inclusão em educação física, nem isso se faz tão presente.

A instauração dos aspectos relacionados extrapola o papel do professor e alcançar a função gestora, conforme Cavalcanti (2014):

O processo de inclusão depende de toda comunidade escolar, onde cada um deve cumprir com seu papel. Sendo assim, professores e gestores devem se atentar para as cobranças a serem realizadas para com o sistema educacional, que, por lei, deve dar suporte educacional, estrutural e de formação para que o processo inclusivo ocorra de forma eficiente, atendendo às necessidades verdadeiras dos indivíduos a serem incluídos [...] é evidente que o gestor escolar esteja ciente de suas funções frente aos desafios de uma educação inclusiva, visando melhorar estruturas físicas e pedagógicas de acordo com as especificidades apontadas para as realidades do contexto inclusivo (CAVALCANTI, 2014, p. 1019).

Trata-se, portanto, de um conjunto de iniciativas que envolve toda a comunidade escolar, inclusive os representantes da gestão, a fim de se providenciarem a estrutura, os recursos e a preparação necessários para que o aluno com deficiência seja adequadamente acolhido e atendido no ambiente educacional.

Assim, sobre a formação docente, ficou evidenciado, pela pesquisa, a percepção de insuficiência frente ao que pode ser realizado em Educação Física Inclusiva, e foi visto que, embora exista uma evolução em produções acadêmicas e no volume de abordagens do assunto, os professores ainda se sentem despreparados para esse exercício. A experiência docente, por sua vez, se mostrou importante, assim como o papel da gestão e as limitadas e pontuais iniciativas que podem ser exemplos de metodologia e estratégias. Iniciativas baseadas na carga dos professores podem minimizar, em parte, a deficiência percebida na

formação. Por fim, foram apresentados exemplos bem-sucedidos envolvendo a comunicação, o uso de materiais alternativos, jogos, a adoção da informação como ferramenta de mobilização familiar e social no sentido de obter recursos, e dinâmicas elaboradas para proporcionar ambientes atrativos ao aluno com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, caracterizada por uma revisão bibliográfica cronológica, objetivou identificar como se dá o processo inclusivo de alunos com deficiência nas aulas de educação física em escolas públicas regulares brasileiras. Para tanto, perpassou por embasamentos teóricos abordando alunos com deficiências, seus direitos enquanto educandos e cidadãos, e o objetivo educacional de promover a educação concomitante à integração social. Abordou também, ainda no campo dos embasamentos teóricos, as possibilidades de melhoria da qualidade de vida por meio da educação física, assim como a possibilidade de inclusão por meio de jogos cooperativos, em resgate à autovalorização do aluno com deficiência.

As perguntas de pesquisa inicialmente apresentadas foram desenvolvidas de maneira específica. A primeira delas dizia respeito a como se sentem os professores de educação física quanto ao preparo para receber alunos com deficiência. Os autores pesquisados relataram insuficiência na formação docente para aptidão frente à Educação Física Inclusiva, e que, embora exista uma evolução em produções acadêmicas e no volume de abordagens do assunto, os professores ainda se sentem despreparados para esse exercício.

Diante da referida insuficiência da formação docente para o exercício da Educação Física Inclusiva, a experiência do docente se mostrou importante, assim como as limitadas e pontuais iniciativas que podem ser exemplos de metodologia e estratégias. Foram apresentados exemplos bem-sucedidos envolvendo a comunicação, o uso de materiais alternativos, jogos, a adoção da informação como ferramenta de mobilização familiar e social no sentido de obter recursos, e dinâmicas elaboradas para proporcionar ambientes atrativos ao aluno com deficiência.

Percebeu-se, por meio da pesquisa, que, para ser considerada inclusiva, uma escola necessita manter estrutura e serviços adequados, com atenção igualitária aos alunos com deficiência, o que, muitas vezes, não acontece, e eles acabam sendo deixados de lado por decorrência de uma percepção de que podem fazer menos do que os colegas. O equívoco reside no contraste dessa realidade com a prerrogativa do Programa de Educação Inclusiva do

Ministério da Educação (BRASIL, 2004), no qual se afirma que uma escola inclusiva é organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de qualquer aspecto e característica.

Considera-se atendido o objetivo inicialmente apresentado, por meio de um estudo que é relevante no sentido de levantar a questão da insuficiência da formação docente e da dificuldade do professor frente à inclusão nas aulas de educação física, e de abordar possíveis caminhos de melhoria, de soluções, e de possibilidades de estratégias úteis para minimizar o impacto do despreparo manifestado pelos próprios professores. Trata-se de uma reunião de informações e experiências que podem ser base de enriquecimento acadêmico e profissional tanto para a pesquisadora como para a comunidade acadêmica e seus possíveis leitores. Espera-se portanto, que essa pesquisa possa ensejar outras quanto a inclusão dos alunos com deficiência nas atividades de Educação Física escolar.

REFERÊNCIAS

- BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Por uma prática colaborativa no AEE: Atendimento Educacional Especializado**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2014.
- BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm. Acesso em: 16 dez. 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 dez. 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Inclusiva: a escola**, v.3. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm#:~:text=no%20plano%20interno,-,Art.,condi%C3%A7%C3%B5es%20com%20as%20demais%20pessoas. Acesso em: 16 dez. 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução Nº 6, de 18 de dezembro de 2018**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file#:~:text=DAS%20DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20GERAIS-,Art.,fundamentos%20e%20a%20din%C3%A2mica%20formativa>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- CABRAL, José Francisco Ribeiro et al. Formação inicial de professores de educação física com foco na inclusão: uma revisão de literatura. **Revista Científica Facog Multidisciplinar**, v. 1, 2016. Disponível em: <https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/multidisciplinar/article/view/111/217>. Acesso em: 8 fev. 2021.
- CARRASCO, Daniel Alexandre et al. Educação Infantil, Educação Física e afetividade. **Revista Digital EFDeportes.com**. Buenos Aires, ano 18, n. 184, Set. 2013. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd184/educacao-infantil-educacao-fisica-e-afetividade.htm>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- CASTRO, Ana Rita Lima de. **Educação Física Inclusiva: despertando novas habilidades**. Portal da Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-fundamental-anos-iniciais/95-educacao-fisica-inclusiva-despertando-novas-habilidades>. Acesso em 10 fev. 2021.

CARVALHO, Camila Lopes de; ARAUJO, Paulo Ferreira de. Inclusão escolar de alunos com deficiência: interface com os conteúdos da Educação Física. **Educ. fís. cienc.**, Ensenada, v. 20, n. 1, Jan. 2018. Disponível em:

http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-25612018000100001&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 16 dez. 2020.

CAVALCANTI, Ademilson Vedovato. O papel do gestor escolar no processo de inclusão.

Colloquium Humanarum, v. 11, n. Especial, Jul-Dez, 2014, p. 1014-1021. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2014/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3%A3o/O%20PAPEL%20DO%20GESTOR%20ESCOLAR%20NO%20PROCESSO%20DE%20INCLUS%C3%83O.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CHICON, José Francisco; RODRIGUES, Graciele Massoli. **Educação física e os desafios da inclusão**. Vitória: Edufes, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/787/1/livro%20edufes%20educa%C3%A7%C3%A3o%20f%C3%ADsica%20e%20os%20desafios%20da%20inclus%C3%A3o.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

CIRÍACO, Flávia Lima. Inclusão: um direito de todo. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 29, Ago. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>. Acesso em: 16 dez. 2020.

DAMAZIO, Marcia da Silva; BRUZI, Alessandro Teodoro. **Educação inclusiva e o papel da educação física no contexto escolar**. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Federal do Acre. Rio Branco: UFA, 2016. Disponível em:

<http://www2.ufac.br/site/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-da-educacao/educacao-inclusiva-e-o-papel-da-educacao-fisica-no-contexto-escolar/view>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FERNANDES, Mayra Matias; COSTA FILHO, Roraima Alves da; IAOCHITE, Roberto Tadeu. Autoeficácia docente de futuros professores de educação física em contextos de inclusão no ensino básico. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 219-232, Jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382019000200219&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 dez. 2020.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; DELIBERATO, Débora; MANZINI, Eduardo José.

Estratégias de ensino para alunos deficientes visuais: a Proposta Curricular do Estado de São Paulo. **Motriz: rev. educ. fis.**, Rio Claro, v. 19, n. 1, p. 62-73, Mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742013000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 dez. 2020.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Estratégias de professores de educação física para promover a participação de alunos com deficiência auditiva nas aulas. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 24, n. 2, p. 183-198, Abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000200183&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 dez. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denile Tolfo. **Método de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

GREGUOL, Marcia; MALAGODI, Bruno Marson; CARRARO, Attilio. Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares I. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 24, n. 1, p. 33-44, Mar. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000100033&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 dez. 2020.

GUTIERRES FILHO, Paulo José Barbosa et al. Concepções, opiniões e atitudes docentes associadas à inclusão da pessoa com deficiência na educação física: uma revisão da produção científica brasileira. **Liberabit**. Lima, v. 17, n. 1, p. 19-30, jan. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1729-48272011000100003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 16 dez. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 16 dez. 2020.

MAZINI FILHO, Mauro Lúcio et al. A importância das aulas inclusivas de Educação Física para os portadores de deficiência. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 14, n. 139, 2009. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd139/aulas-inclusivas-de-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MELO, Ana; MARTINEZ, Abertina Mitjans; LUNARDI, Cláudia Cruz. Inclusão nas aulas de educação física: opinião dos familiares. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 11, n. 4, p. 126-146, out./dez. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/260191982_Inclusao_nas_aulas_de_educacao_fisica_a_Opiniao_dos_familiares. Acesso em: 16 dez. 2020.

MOREIRA, Ana Caroline Araújo et al. A importância do lúdico na educação física para o desenvolvimento integral e inclusivo. **Revista Gestão Universitária**, v. 8, ed. 2017, dez. 2017. Disponível em: [http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos-cientificos/a-importancia-do-ludico-na-educacao-fisica-para-o-desenvolvimento-integral-e-inclusivo--2#:~:text=Segundo%20Miura%20\(1999\)%2C%20cabe,%C3%A0s%20habilidades%20individuais%20dos%20alunos](http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos-cientificos/a-importancia-do-ludico-na-educacao-fisica-para-o-desenvolvimento-integral-e-inclusivo--2#:~:text=Segundo%20Miura%20(1999)%2C%20cabe,%C3%A0s%20habilidades%20individuais%20dos%20alunos). Acesso em: 16 dez. 2020.

NACIF, Marcella Fernandes Paticcié et al. Educação Física Escolar: Percepções do aluno com deficiência. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 22, n. 1, p. 111-124, Mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000100111&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 dez. 2020.

PADILHA, Luana de Oliveira. **Educação física e estudantes com deficiência: os desafios da inclusão**. Monografia (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/184764/TCC_LUANA.pdf?sequence=1. Acesso em 8 fev. 2021.

PONTES, Tiago Magalhães. **Educação Física Inclusiva: a informação é a chave para a inclusão**. Portal da Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-fundamental-anos-finais/119-educacao-fisica-inclusiva-a-informacao-e-a-chave-para-a-inclusao>. Acesso em: 10 fev. 2021.

TELES, Fernanda Moreira; RESEGUE, Rosa; PUCCINI, Rosana Fiorini. Habilidades funcionais de crianças com deficiências em inclusão escolar: barreiras para uma inclusão efetiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 10, 2013, p. 3023-3031. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v18n10/v18n10a27.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

TELES, Fernanda Moreira; RESEGUE, Rosa; PUCCINI, Rosana Fiorini. Necessidades de assistência à criança com deficiência - Uso do Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidade. **Rev. paul. pediatr.** São Paulo, v. 34, n. 4, p. 447-453, Dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822016000400447&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 dez. 2020.

VIEIRA, Martha Bezerra. A importância dos jogos cooperativos como conteúdo de ensino nas aulas de Educação Física infantil. **Revista Digital EFDeportes.com**. Buenos Aires, ano 17, n. 176, Jan. 2013. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd176/jogos-cooperativos-nas-aulas-de-educacao-fisica-infantil.htm>. Acesso em: 16 dez. 2020.